

ANTROPOLOGIA URBANA

Celina Ribeiro Hutzler
Socióloga

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a antropologia nasceu de viagens, explorações, trabalhos missionários e com as doutrinas pan-humanas da evolução biológica e cultural. Daí decorre, certamente, sua disposição para o exótico, o diferente, o inventário das sociedades não letradas. Através dos estudos feitos sobre outros povos e outras gentes, dos povos sem história escrita, das sociedades semi-isoladas pôde a antropologia contribuir, mais do que qualquer outras das ciências sociais, para a compreensão do homem e de suas obras. Embora grande esforço de trabalho venha sendo feito com o estudo das sociedades simples, povos e culturas civilizados nunca foram excluídos das preocupações dos antropólogos.

A antropologia cultural não se limita à descrição de costumes, de instituições, de aspectos particulares ou da totalidade de uma cultura específica simples ou letrada. Compreende também a análise das semelhanças e das diferenças entre as culturas enfocando a relação entre culturas e/ou o desenvolvimento histórico de uma cultura. Ainda, a antropologia busca generalizações científicas sobre a CULTURA, a sociedade e a personalidade em um sentido mais universal.

Dentre os estudos de teoria da cultura que consideraram, também, o estágio atual de evolução da civilização urbano-industrial podem ser citados

alguns clássicos da antropologia de autores como: Ruth Benedict, David Bidney, Franz Boas, George Foster, Franklin Frazier, Melville Herskovits, Abram Kardiner, Alfred Kroeber, Ralph Linton, Margaret Mead, Charles Morris, George Murdock, Leslie White, Robert Redfield, J. H. Steward, Mischa Titiev, entre outros.¹ Entre os antropólogos brasileiros, Darcy Ribeiro vem publicando, na última década, uma série de trabalhos que pretendem analisar a evolução cultural global, denominados Estudos de Antropologia da Civilização.

Grande esforço de labor antropológico foi colocado no estudo de comunidades de civilizações letradas. Muitas dessas pesquisas de comunidade deram relevo ao conhecimento e explicação de processos sociais que podem ocorrer em uma totalidade maior. Por esta ótica, o estudo de uma comunidade, de uma vila ou aldeia, pode informar muito sobre a vida social e cultural dos habitantes das cidades da mesma civilização. São inúmeros os trabalhos feitos dentro desta abordagem em todo o Mundo e, no Brasil, vale destacar o de Emílio Willems sobre Cunha, o de Donald Pierson sobre Cruz das Almas, os de Gioconda Mussolini sobre comunidades de pescadores, o de Charles Wagley sobre uma vila amazônica, o de Harry William Hutchinson sobre o Recôncavo baiano, entre outros.²

Hoje em dia há numerosas extensões do conceito de comunidade para uma variedade de grupos (de vizinhança, religião, etnia, etc.) que existem dentro das cidades e, utilizando-se metodologia semelhante aos estudos de comunidades, alguns antropólogos, sociólogos e urbanistas vêm dando atenção particular ao problema das favelas. Das pesquisas nesta linha que tratam de favelas brasileiras é possível citar os trabalhos de Juan Casasco, Janice Perlman, Lawrence Salmen, Luiz Antonio M. da Silva, entre outros.³

Outra tendência no estudo das civilizações compreende tentativas de generalizações globais das características de grandes conjuntos sociais, conhecida como estudos de caráter nacional. Dentro deste enfoque estão obras de Ruth Benedict, Francis Hsu, Alex Inkeles, Margaret Mead, Robert Redfield, David Riesman, consideradas como clássicas. Entre os antropólogos brasileiros preocuparam-se em traçar um perfil global de nossa sociedade e cultura Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.⁴

Alguns antropólogos que estudaram (e estudam) sociedades letradas vêm analisando aspectos ou segmentos da cultura que se desenvolvem nas cidades mas não particularmente com culturas urbanas vistas globalmente. Dentre seus trabalhos destacam-se, no Brasil, os referentes a relações inter-étnicas, aculturação de grupos étnicos e estudos sobre religião. Entre outros, pertencem a este grupo os antropólogos (e alguns sociólogos que por suas investigações etnológicas aproximam-se dos primeiros): Thales de

Azevedo, Roger Bastide, Edison Carneiro, L. A. Costa Pinto, Octávio Eduardo, Florestan Fernandes, Franklin Frazier, Gonçalves Fernandes, Melville Herskovits, Octavio Ianni, Donald Pierson, Manoel Querino, Arthur Ramos, René Ribeiro, Nina Rodrigues, Emilio Willems. ⁵

Recentemente, começa-se a notar um aumento progressivo dos esforços antropológicos com o estudo dos aglomerados urbanos, das culturas das cidades. Neste campo é difícil distinguir a antropologia da psicologia social e da sociologia uma vez que os limites são tão tênues entre esses ramos das ciências sociais vão se tornando invisíveis. Um dos últimos números do *AMERICAN ANTHROPOLOGIST* ⁶ dedica substancial espaço aos estudos antropológicos das sociedades urbanas e complexas. Entre os trabalhos apresentados, o de R. Basham e D. DeGroot, acompanhado de uma vasta bibliografia sobre o tema, informa quais são os principais campos de pesquisas dos antropólogos urbanos americanos: migração rural-urbana, estruturas familiares, adaptação e integração ao meio urbano, estratificação social e pluralismo cultural, além de estudos etnográficos e etnológicos. ⁷

Considerando um esforço bizantino separar as contribuições dos antropólogos culturais, dos sociólogos, dos psicólogos sociais no estudo das civilizações, o objetivo desta comunicação é analisar as possibilidades de aplicação dos métodos antropológicos e suas técnicas na apreensão da realidade urbana, a participação dos antropólogos nos programas de desenvolvimento e ainda fornecer uma visão integrada do Recife em relação a seu meio-ambiente natural e cultural.

2. A CIDADE E O ANTRÓPOLOGO CULTURAL

Caracteriza o método antropológico a tentativa de conhecer através do "entender", através mais dos sentidos do que de mensurações. Ao contrário do enfoque sociológico mais preso a preocupações de objetividade e medidas estatísticas, o trabalho do antropólogo, como bem destacam Bennett e Wolff é mais individualista e criativo por envolver empatia com o comportamento das pessoas que estuda. ⁸ O antropólogo tem sempre uma visão mais apaixonada da realidade, visão esta nascida da identificação pesquisador/informante, do sofrer também os problemas através da presença física necessária à observação participante.

O método antropológico permite o estudo de aspectos mais sutis como a inter-relação com o sobrenatural, as relações interétnicas, o comportamento sexual, os valores, etc. Sendo mais microscópico pode ser mais sensível.

Pode ir mais a fundo, chegar a conhecer aspectos menos evidentes, comportamentos inconscientes, os segredos e até o "ethos". Por exemplo, ao amigo antropólogo a "gente de santo" pode permitir assistir a uma de suas cerimônias fechadas, contar as histórias dos orixás, ensinar (dentro dos limites da segurança mágica) os segredos dos buzos. Tais informações dificilmente poderiam ser conseguidas se não fosse utilizada a técnica da observação participante. Outro exemplo das vantagens das técnicas antropológicas evidencia-se no estudo das relações interétnicas. Negamos, nós brasileiros, ter preconceitos raciais. Respondendo a um questionário, possivelmente, a maioria das pessoas apresentaria sua face de democrata racial. Mas em suas histórias de vida poderão ser detectados momentos nos quais os preconceitos afloraram: quando a irmã namorou um negro e o informante se opôs "porque os meninos nasceriam feios" ou em outra ocasião quando alguém fez um papalão pois "negro quando não suja na entrada suja na saída".⁹

Mas se, por um lado, as técnicas antropológicas permitem um conhecimento mais detalhado de momentos do comportamento humano, por outro, poderia perder sua validade onde dificilmente o todo pode ser apreendido. Nas metrópoles multiculturais, heterogêneas, de muitos comportamentos e muitos valores nenhum informante, por exemplo, é o protótipo do grupo nem pode deter um conhecimento razoável de todos os usos e costumes.

Os antropólogos sentem-se inibidos em estudar sua própria cultura e ao ficarem em suas cidades tendem a escolher subgrupos que lhes pareçam mais distintos: os favelados, a gente de santo, os pentecostais, os negros (presumindo-se que o pesquisador seja de classe média, católico ou ateu e "branco"). Kroeber disse certa vez:

"É bem possível que a nossa civilização tenha os seus equivalentes, os quais não podemos separar do restante da arte de viver porque estamos envolvidos nesta nossa civilização assim como no ar que respiramos. Serão necessários alguns séculos antes que se torne possível o pleno reconhecimento de nossos recolhimentos, totens e tabus".¹⁰

Este é o reconhecimento do temor do antropólogo em olhar seu próprio mundo com grandes deformações e perigosa miopia. Assim, muitos antropólogos urbanos deixam suas cidades e seus campi para viajar em terras alheias. Muitos estudos antropológicos foram feitos por americanos em cidades latino-americanas e africanas, por ingleses em vilas e cidades do Império Britânico.¹¹

Mas teríamos nós, antropólogos brasileiros, cientes e conscientes dos

problemas urbanos que nos afligem de considerar tabu nossas próprias cidades e ir estudar Nova Iorque, Londres, Dacar ou Toquio?

Há que considerar que, atualmente, mais de metade da população brasileira vive em cidades. O fenômeno da urbanização é mundial e o crescimento diluvial das metrópoles trouxe consigo problemas vários e situações novas. Uma ciência que pretende ser o estudo global do homem e de suas obras não pode desprezar a análise das cidades. Lembra o prof. Mandelbaum que uma ciência não pode limitar-se por seus métodos, referindo-se às objeções levantadas sobre a validade da metodologia antropológica no estudo das sociedades urbanas e complexas. ¹²

Irmãos em sofrimento dos ecólogos e a eles particularmente ligados pela afeição aos modos mais naturais de existência, os antropólogos são às vezes acusados de serem também quixotes do preservacionismo. Nesta visão preservacionista (não confundir com imobilista) seria o antropólogo tentado a condenar as cidades? Inegavelmente as cidades e suas indústrias vêm destruindo sítios arqueológicos e históricos, vêm destruindo o artesanato, o folclore e os substituindo por avenidas, cimento e concreto, produtos industrializados e programas de televisão. No entanto, o fenômeno da urbanização é uma realidade, necessário é que ele possa ocorrer a menor custo social e cultural.

A visão transcultural da antropologia, sua preocupação com as regularidades e generalizações da cultura, o enfoque histórico certamente lhe darão excelentes condições de servir de instrumento para entender os problemas urbanos não como únicos e particulares de uma só cidade mas como problemas de outras terras e outras gentes, em um mesmo estágio de desenvolvimento. Darão a compreensão de problemas que são comuns a outros povos e outras culturas em diferentes estágios tecnológicos por serem problemas pan-humanos. E ainda, tornarão mais clara a visão de que a civilização urbano-industrial é somente uma etapa da evolução da humanidade, não a última nem a única solução possível. O homem que construiu os iglus nos pólos, que usou as cheias do Nilo para irrigar cultivos agrícolas, que criou regras de convivência capazes de permitir que diferentes gerações vivessem harmoniosamente em uma única unidade residencial, que aproveitou o curare para caçar, certamente sobreviverá aos edifícios de apartamentos, aos aparelhos de ar condicionado, aos engarrafamentos de trânsito, às grandes organizações, aos supermercados, aos dolos e confortos das cidades modernas.

3. O ANTROPÓLOGO E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Discute-se também se o antropólogo deveria participar de programas e projetos de "desenvolvimento". Colocam-se, aqui, graves problemas que poderão inibir a ação do antropólogo.

A ciência antropológica, embora tenha tido por base a realização de inventários culturais, atualmente desenvolve-se no sentido da formulação de princípios gerais relacionados à natureza da cultura e às regularidades em sua estrutura e desenvolvimento. Além disso, faz parte da tradição antropológica a ênfase na necessidade de considerar problemas particulares em relação ao contexto cultural mais amplo.

A teoria econômica tem gozado de marcante prestígio nos últimos anos e dominado a linha de ação das agências de desenvolvimento. O economista tende a considerar o fato econômico "par excellence", limitando as análises e orientações de ação ao fato econômico visto isoladamente e o conceito de "desenvolvimento" ao crescimento do produto.

Para o antropólogo, mesmo o fato econômico só poderá ser entendido se considerado em relação aos sistemas ecológico, tecnológico e societal. Pertencem ao sistema ecológico a geografia, o clima, a terra, a fauna, a flora. Do sistema tecnológico fazem parte os instrumentos e máquinas, juntamente com os modos de coletar, plantar, criar, fabricar, transportar, armazenar e consumir bens. Na categoria societal estão os desejos e necessidades dos homens, as formas de apropriação, a força-de-trabalho. A interação dos elementos desses três conjuntos é que determina a produção. Mas, como bem observou K. Polanyi, a teoria econômica não tem considerado os aspectos relacionados às condições sociais que dão origem à organização e estrutura dos desejos individuais, nem às influências das estruturas e funcionamento das demais instituições sociais. 13

Assim, dominadas por economistas, as agências de desenvolvimento, por seu lado, pouco têm solicitado a contribuição dos antropólogos e dos sociólogos na elaboração de seus planos e programas. 14. Por outro lado, a demanda de análise das chamadas "condições sociais, por essas agências ou por escritórios de projetos limita, geralmente, o conceito de "desenvolvimento" à evolução do sistema econômico no sentido do modelo industrial euro-americano e para o antropólogo esse "desenvolvimento" planejado ou induzido em um modelo predeterminado e imposto de cima para baixo é uma violação cultural. Violação e violência tão maiores quando se considera a força dos meios de comunicação de massa apoiada nas modernas técni-

cas de propaganda. O que é almejado não é desenvolvimento mas, muitas vezes, genocídio cultural e a substituição da colher de pau pelo liquidificador não significa, necessariamente, o aumento da felicidade humana.

Quase sempre são solicitados números e quantidades para que as metas possam ser estabelecidas, respostas simplificadas para facilitar as equações para os computadores. O antropólogo não produz números mas informações, pretende a compreensão e não a quantificação de metas, analisa a evolução das culturas de forma global sem desejar transformar o curso normal dos eventos, interessa-se pelas regularidades do comportamento humano e das estruturas sociais por um prisma universal, preocupa-se com a história pan-humana e não em provar que o melhor dos mundos é aquele fruto da civilização industrial. As lições retiradas do relativismo cultural dificultam a adoção, pelo antropólogo, da "religião" desenvolvimentista ou a defesa da homogeneização dos gostos em nome de mercados mais amplos que diminuam os custos de produção.

Paralelamente, o antropólogo é um homem urbano, inserido em uma sociedade de consumo que vende seu labor a preços de mercado. O interesse por estudos etnográficos "sem utilidade prática" é relativamente reduzido, não "sobra tempo" para análises científicas necessariamente lentas dos processos e das estruturas sociais, como também são limitadas as vagas para o ensino da Antropologia nas universidades. Assim, um campo que se abre aos cientistas sociais, entendidos, geralmente, como "especialistas em generalidades", é justamente o trabalho em agências de desenvolvimento e em escritórios de projetos. As tarefas solicitadas são quase sempre variadas, não necessariamente no campo da antropologia como: estudos de população, de níveis de renda e de consumo, das condições habitacionais e sanitárias, de hábitos alimentares e de lazer, estruturas de poder e lideranças comunitárias, etc. São coisas e assuntos de demógrafos, economistas, sociólogos, políticos, assistentes sociais que são requeridos de um único profissional.

Será o antropólogo o meta-cientista social? Poderão os métodos antropológicos ser empregados nesses estudos cujos resultados deverão ser apresentados em prazos assombrosamente curtos? Entre a desculpa de que necessita garantir sua sobrevivência e que poderá minorar as prováveis distorções dos planos, o antropólogo muito possivelmente aceitará os contratos de trabalho. Certamente que ao aceitar tarefas semelhantes ele não estará fazendo antropologia mas também não estará cometendo uma violação à ética profissional.

Desenvolveu-se, mais recentemente, a preocupação com o planejamento urbano como conseqüência dos problemas gerados pelo crescimento não controlado das cidades. Neste campo dominam os urbanistas e os arquitetos, já mais próximos da compreensão da importância dos sistemas ecológico e societal.

Também no desenvolvimento planejado das cidades poderia ser relevante a contribuição dos antropólogos. A cidade não é gerada pela cidade, mas esta é a representação física de um conjunto de instituições sociais agrupadas em um mesmo espaço geográfico. A inter-relação entre as diversas instituições sociais, o meio-ambiente geográfico e as estruturas físicas é que determinarão a forma e o funcionamento da cidade e, conseqüentemente, seus problemas.

A participação dos antropólogos nos programas de desenvolvimento das cidades esteve fortemente prejudicada pelo já referido receio desses profissionais em trabalharem com sociedades urbanas e complexas. O campo foi deixado aos sociólogos, aos demógrafos, aos geógrafos e aos urbanistas.

No entanto, existem ponderáveis vantagens na utilização do método antropológico, principalmente em programas como os de recuperação de aglomerados subnormais, os de incentivo ao desenvolvimento participativo, os de transferência de populações ou quaisquer outros onde seja importante a consideração dos valores, das estruturas sociais ou dos processos de mudança cultural.

4. O ANTROPÓLOGO EM AÇÃO

Ao contrário dos clássicos trabalhos etnográficos de inventário de cultura em extinção, o antropólogo urbano está, quase sempre, motivado à ação no sentido da aplicação prática de seus conhecimentos. Isto não quer dizer que o antropólogo que trabalhe culturas urbanas ou segmentos de culturas urbanas tenha tão-somente de produzir dados utilizáveis para ações de intervenção sobre a realidade estudada. Nem significa que a antropologia, no passado, tenha sido uma atividade escapista, sem qualquer função prática, pois como observou Goldschmidt, o antropólogo foi sempre meio reformista e a ciência antropológica sempre teve seus aspectos pragmáticos.¹⁵

Para facilitar a análise das possibilidades de utilização prática do labor dos antropólogos em relação às cidades cabe distinguir, mais uma vez, entre a antropologia e as antropologias.

O antropólogo físico e o arqueólogo certamente manterão uma distância razoavelmente grande entre a pesquisa e a aplicação prática dos conhecimentos obtidos em estudos feitos em cidades. O linguísta coloca-se em uma posição especial considerando-se o grande suporte prestado aos trabalhos missionários. O etnólogo e o etnógrafo são certamente os que podem contribuir mais diretamente para uma análise global do fenômeno urbano e terem seus dados traduzidos em diretrizes de política urbana.

Mesmo o antropólogo cultural posiciona-se de distintas maneiras conforme seu campo de interesse. Aqueles preocupados com relações interétnicas terão muito a contribuir em programas e projetos que visem facilitar a absorção dos migrantes no meio urbano ou com a diminuição de possíveis choques entre grupos étnicos. Os estudiosos das religiões poderão ficar mais afastados da ação, limitando-se a descrições e interpretações das estruturas religiosas, dos fenômenos ideológicos e suas funções. Aqueles preocupados com o fenômeno da mudança cultural estarão mais próximos da aplicação prática ao serem consideradas as ações que trarão inevitável impacto sobre as populações, como programas de deslocamento populacional ou introdução de mudanças tecnológicas.

Com os ecólogos deverão, certamente, se preocupar com as agressões ao meio ambiente que poderão pôr em risco a sobrevivência do próprio homem. Diante da aparentemente inevitável expansão das cidades e dos parques industriais soluções deverão ser encontradas para que o "progresso" possa ser feito com um mínimo de ordem, ou seja, sem provocar desequilíbrios ecológicos irreversíveis.

Assim, o antropólogo tem seu recado junto aos educadores no sentido da preservação dos valores culturais. Junto aos políticos, na compreensão global das estruturas sociais (e talvez na sua manipulação); junto aos nutricionistas, na explicação dos tabus alimentares; junto aos demógrafos, nas explicações não matemáticas da explosão populacional; junto aos economistas, para mostrar que o homem é algo mais do que o denominador nos cálculos de produtividade; junto aos urbanistas, no entendimento da variedade de grupos que existe dentro da cidade. Sua contribuição é necessária para se conseguir um planejamento urbano humanizado e sua visão mais ampla poderá enriquecer as soluções. Com suas pretensões meta-científicas, o antropólogo talvez esteja mais habilitado do que qualquer outro cientista social para a intervenção na realidade urbana.

5. A DECADÊNCIA DO RECIFE E A QUEBRA DE SEUS COMPROMISSOS COM O MEIO-AMBIENTE

O que se pretende nesta parte final do presente trabalho é fazer uma análise global da posição do Recife em relação a seu meio-ambiente físico e cultural e sugerir campos de estudos antropológicos.

O Recife já foi dos mais dinâmicos centros urbanos brasileiros e pôde crescer mesmo após iniciar-se a decadência econômica regional.¹⁶ O Recife foi berço de movimentos pioneiros de liberdade e patriotismo, de pensadores e oradores, de escritores e políticos de projeção nacional. Por que o Recife hoje marginaliza-se no processo de desenvolvimento mundial?

Acusam-se estruturas econômicas alienígenas, estrangeiras ou nacionais. Cita-se a crescente migração rural-urbana que aumentaria o denominador sem acrescer o numerador no cálculo da produtividade do trabalho. Lembram-se decisões de política econômica prejudiciais ao Nordeste. Fala-se em colonialismo cultural.

Sem negar a existência de fatores externos à cidade que contribuem para seu empobrecimento gradativo e para o agravamento de seus problemas esta é uma tentativa de considerar os problemas do Recife de dentro para fora.

O Recife ao quebrar seus compromissos ecológicos com a região iniciou um processo de decadência que só poderá ser detido ou invertido se o equilíbrio entre a cidade e o meio-ambiente natural e cultural for reestabelecido. Em três níveis distintos nota-se o desequilíbrio:

- a) ao nível do sistema produtivo;
- b) ao nível do sistema urbano;
- c) ao nível do sistema cultural global.

Em termos de sistema produtivo, as indústrias instaladas no Recife utilizam uma tecnologia desenvolvida em outros contextos sem que haja uma necessária adaptação às condições locais, sem que o processo de aculturação tenha tempo de acontecer. Desta forma, utilizam-se combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo que sua área circunvizinha não produz. Aplica-se uma tecnologia poupadora do recurso mais abundante: mão-de-obra. Usam-se matérias-primas as mais das vezes importadas. Assim, o crescimento das indústrias na cidade não induz o desenvolvimento da região polarizada pela metrópole recifense.

Ao contrário seria uma situação na qual o desenvolvimento industrial de Pernambuco fosse feito não pela importação de tecnologia mas que tivesse acontecido um desenvolvimento tecnológico autóctone, pela invenção e não pelo empréstimo ou que tivesse havido um processo de integração dos novos elementos à realidade natural e cultural preexistente. As culturas que desenvolveram suas próprias respostas tecnológicas utilizam, fundamentalmente, os recursos disponíveis em seu meio-ambiente e o crescimento de suas cidades, de seus pólos industriais se deu paralelamente ao desenvolvimento regional. Em termos mundiais há que corrigir a análise para considerar que a busca de matérias-primas no Exterior, geralmente nas colônias, aconteceu após o esgotamento das fontes de suprimento regionais bem como a substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico desenvolveu-se paralelamente à escassez de braços. Assim, na hipótese do Recife utilizar, fundamentalmente, em suas indústrias insumos regionais, o crescimento da metrópole acarretaria um aumento da produção na região polarizada com aumento paralelo da renda e expansão do mercado interno.¹⁷

O modelo de desenvolvimento industrial com uso abundante de capital (recurso tornado relativamente barato pelo programa de incentivos fiscais) tende a agravar a concentração da renda nas mãos de poucos (os proprietários do capital) marginalizando substancial parcela da população do processo produtivo tanto pela liberação de mão-de-obra como pelo enfraquecimento das pequenas indústrias e das atividades artesanais. Os analistas das migrações para o Recife concordam que as origens dos fluxos estão também na decadência ou na falta de dinamismo das economias da zona rural.¹⁸ Grande parte dos migrantes que chegam à cidade, não encontrando emprego regular, recorre ao chamado setor informal, vão ser biscateiros, camelôs, guardadores de automóveis, subempregados que percebem rendas inferiores ao salário mínimo, que não gozam dos benefícios da previdência social, de facilidades de crédito e vão adensar os aglomerados subnormais, onde reside a miséria urbana.¹⁹

Outro desequilíbrio provocado pelo Recife é a concentração, na metrópole, dos serviços administrativos, educacionais, bancários, comerciais. Para o Estado de Pernambuco a concentração desses serviços na capital concorre para acelerar as correntes migratórias aumentando os problemas de inchaço urbana e, ao mesmo tempo, dificulta a dinamização de outros pólos sub-regionais. O interior do Estado passa a ter cada dia menos vida própria e a zona rural, de tanta importância na formação da nacionalidade, transforma-se em um apêndice dependente da cidade. O crescimento diluvial do Recife deteriora as condições de vida urbana. Crescem as habitações subnormais, a delinqüência, o desemprego, os problemas sociais; agravam-se as condições sanitárias e nutricionais, os problemas de poluição ambiental,

engarrafam-se as vias de trânsito, as linhas telefônicas; tornam-se insuficientes a rede de esgotos, o sistema de abastecimento de água, o número de escolas e hospitais.

A expulsão das residências da área mais central da cidade com a expansão das atividades comerciais e dos serviços provoca deslocamentos populacionais que vão incrementar o crescimento das áreas periféricas da cidade que também estão se expandindo com a chegada constante de novos migrantes. O crescimento periférico da cidade agrava os problemas da implantação dos serviços urbanos e da infra-estrutura pelo aumento progressivo dos custos. Ainda, o crescimento espacial do Recife vem sendo feito desordenadamente com sacrifício da natureza e agressões constantes à ecologia resultante, por um lado, da valorização imobiliária dos bairros de classe média e alta e, por outro, da proliferação dos aglomerados subnormais de urbanização não controlada.

A descentralização urbana pelo sistema de fortalecimento de subnúcleos independentes e/ou cidades satélites com vida própria, dotados de serviços urbanos operados pela comunidade através de prefeituras municipais bem aparelhadas integradas ao nível de um planejamento metropolitano racional (mas não centralista) iria desafogar o Recife e possibilitar melhores condições de vida à população. A macrocefalia urbana com perda da eficiência das cidades é um problema que vem preocupando os analistas dos aspectos sociais do desenvolvimento, entre eles, C. Bauer que também recomendou uma política de dispersão urbana.²⁰ A dispersão dos núcleos urbanos tornaria possível o retorno à vida comunitária, a diminuição das tensões e desajustes sociais, uma maior preservação do verde, uma vida mais próxima da natureza, com menos poluição.

O terceiro nível de desequilíbrio cidade/região acontece em relação ao sistema cultural em sua concepção mais ampla. Nestes termos o Recife representa o porto de penetração da cultura desenvolvida em outros lugares por outros povos. A velocidade com que as importações culturais são trazidas não tem permitido que o processo de aculturação, de assimilação, possa ocorrer. Como observou o prof. Herskovits, sendo o "focus" cultural em nossa sociedade moderna a tecnologia, há fácil difusão das inovações tecnológicas.²¹ O processo de modernização acelera-se na realidade urbana quando são utilizados os meios de comunicação de massa e as modernas técnicas de "marketing" para induzir novos hábitos de consumo. Desta forma, o Recife através de suas estações de televisão, de seus jornais, de suas estações de rádio e também de seu exemplo, de seu sistema educacional, de seu comércio, serve como indutor de um processo acelerado de substituição de elementos culturais tradicionais, nordestinos, pernambucanos por ou-

tros, tomados de empréstimo, não necessariamente melhores ou mais funcionais. O processo de modernização reflexa, lembra Darcy Ribeiro, pode significar a perda da autonomia das áreas periféricas e degradação cultural.²²

Vimos nas favelas recifenses pessoas dormindo no chão ou várias em uma mesma cama, esquecida a indígena rede. Vimos nos restaurantes do sertão o doce de goiaba e a rapadura substituídos por compota de pêssego. Vimos em cantinas universitárias a coca-cola substituir o refresco de pitanga, caju, tamarino ou maracujá. Observamos nas feiras livres o interesse pelas bonecas de plástico e o desdém pelas bruxas de pano. Tomamos o iogurte industrializado em vez da coalhada natural. Vimos pés calçados com sandálias japonesas enquanto eram abandonadas as alpercatas de couro. Estas e tantas outras substituições de produtos artesanais ou semi-artesanais por produtos manufaturados desocupam pessoas, desorganizam grupos, enfraquecem a economia de pequenas cidades e contribuem para o agravamento dos problemas sociais mais do que aumentam o emprego metropolitano.

Nos forrós do interior o rock predomina sobre o xaxado e o baião. Assistimos a arremedos de escolas de samba desfilar em na avenida sem o entusiasmo do frevo rasgado que levantava a Pracinha. Vimos em moribundos pastores desajeitados arremedos das chacretes que são cópias ridículas das "girls" dos "music halls". O rico folclore pernambucano está em decadência.

E tantas coisas mais vimos e ouvimos ou deixamos de ver e ouvir. Os universitários imitam qualquer coisa semelhante a um "carioquês" que a TV transmite e o Pasquim divulga como se fora a linguagem da juventude. Perderam-se o "bichinho/a" o "neguinho/a" nos tratamentos familiares, sumiu-se o "oxente!", não se ouve mais o "vôte!". Está desaparecendo a nossa identidade linguística.

Para apreender mudanças mais profundas, para sentir suas conseqüências é necessário um esforço de análise antropológica do Recife e de sua região. Para perceber a extensão dos desequilíbrios nos três níveis citados é preciso que antropólogos dispostos a ver o Recife inserido em sua região percarn as inibições de tratarem culturas urbanas, deixando de considerar o estudo das cidades como domínio dos sociólogos, psicólogos sociais, geógrafos e urbanistas. Pelo menos, cabe alertar os etnógrafos no sentido de que o estudo atual da cultura recifense talvez se enquadre na categoria de suas preocupações já que está em processo de extinção, correndo o perigo, como lembra o mestre Gilberto Freyre, de transformar-se em uma cultura despersonalizada, cosmopolita, homogeneizada e monótona se um esforço

de regionalismo criador, para combinar a riqueza da diversidade regional com os novos elementos tomados de empréstimo não for feito. 23

Como atividade pioneira e de grande expressão científica deve-se ressaltar o labor que vem sendo desenvolvido no Seminário de Tropicologia, fundado na Universidade Federal de Pernambuco por sugestão do sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre. Desde 1966, o timão e o espírito renovador do mestre Gilberto Freyre têm conduzido especialistas de renome em várias disciplinas a discutirem os problemas que ocorrem em espaços tropicais, com atenção para a realidade brasileira e, neste ano de 1977, enfocando o Recife euro-tropical. Assim, antecipa-se no Recife a criação de uma Tropicologia, ciência preocupada com a realidade comum às várias ecologias tropicais e com as diversidades dentro dessa generalidade, que poderá vir a indicar as formas de correção dos desequilíbrios citados anteriormente.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1 – BENEDICT, R. *El hombre y la cultura*. Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1944.
- BIDNEY, D. *Theoretical Anthropology*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1953.
- BOAS, F. *Race, language and culture*. Nova Iorque, The MacMillan Co., 1940.
- FOSTER, G. M. What is Folk Culture? *American Anthropologist* 55 (2) 1953.
- FRAZIER, E. F. *Race and Culture Contacts in the Modern World*. Nova Iorque, Alfred Knopf, 1957.
- HERSKOVITS, M. J. *Man and his Works*. Nova Iorque, Alfred Knopf, 1948
- KARDINER, A. & LINTON, R. *The Individual and his Society*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1939.
- KROEBER, A. L. *Anthropology*. Nova Iorque, Harcourt, Brace & Co., 1948.
- LINTON, R. *The Tree of Culture*. Nova Iorque, Alfred Knopf, 1956.
- MEAD, M. *Male and Female*. Nova Iorque, William Morrow & Co., 1949.
- MORRIS, C. W. *Varieties of Human Value*. Chicago, University of Chicago Press, 1956.
- MURDOCK, G. P. *Social Structure*. Nova Iorque, The MacMillan Co., 1949.
- REDFIELD, R. *The Little Community*. Chicago, University of Chicago Press, 1955

- RIBEIRO, D. *Estudos de antropologia da civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, 1970. v. 1 e 2.
- STEWART, J. H. *Theory of Cultural Change*. Urbana, Ill, The University of Illinois Press, 1955.
- TITIEV, M. *The Science of Man*. Nova Iorque, Henry Holt & Co., 1954.
- WHITE, L. A. *The Science of Culture*. Nova Iorque, Grove Press Inc., 1959.
- 2 – HUTCHINSON, H. W. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957.
- MUSSOLINI, G. & WILLEMS, E. *Buzios Island. A Caiçara Community in Southern Brazil*. Nova Iorque, J. J. Augustin Publ., 1952.
- PIERSON, D. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica*. Trad. de C. da Silva Costa. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- WILLEMS, E. Cunha. *Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1947 (entre outros trabalhos do autor).
- 3 – CASASCO, J. A. The Social Function of the Slum in Latin America: Some Positive Aspects. *América Latina* 12 (3), 1969.
- PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade*. Trad. de W. M. Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SALMEN, L. F. Housing Alternatives for the Carioca Working Class. *América Latina* 13 (4), 1970.
- SILVA, L. A. M. da. O significado do botequim. *América Latina* 12, (3), 1969.
- 4 – BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada*. Trad. C. Tozzi. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.
- FREYRE, G. *Interpretacion del Brasil*. Mexico, Fondo de Cultura, 1945 (e grande parte da obra do autor)
- HSU, F. L. K. *Under the Ancestors' Shadow*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1948 (entre outros trabalhos do autor)
- INKELES, A. & BAUER, R. A. *The Soviet Citizen: Daily Life in a Totalitarian Society*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1959.
- MEAD, M. *Soviet Attitudes Toward Authority*. Nova Iorque, McGraw Hill, 1951

- REDFIELD, R. *The Folk Culture of the Yucatan*, Chicago, University of Chicago Press, 1941.
- RIBEIRO, D. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- RIESMAN, D. *The Lonely Crowd*. New Haven, Conn., Yale University Press, 1950.
- 5 — AZEVEDO, T. Catolicismo no Brasil? *Vozes* 63 (2), 1969.
- BASTIDE, R. *Imagens do Nordeste místico em preto e branco*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1945 (entre outras obras do autor)
- CARNEIRO, E. *Religiões negras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.
- COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Ed. Nacional, 1953.
- DIÉGUES Jr., M. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, CBPE, 1964.
- EDUARDO, O. C. *The negro in Northeastern Brasil*. Nova Iorque, J. J. Augustin Publ., 1948.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1972.
- FRAZIER, E. F. The negro family in Bahia, Brasil. *The American Sociol. R.* 7 (4), 1942.
- GONÇALVES FERNANDES. *Xangô do Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
- HARRIS, M. *Patterns of Race in the Americas*. Nova Iorque, Walker & Co., 1964.
- HERSKOVITS, M. J. The social Organization of the Candomble. In: ANAIS DO XXXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31, 1955.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo, Ed. Nacional, 1945.
- QUERINO, M. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.
- RAMOS, A. *Introdução à antropologia brasileira*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943 e 1947. v.1 e 2
- RIBEIRO, R. Cultos afro-brasileiros no Recife. *Boletim do IJNPS*, 1952 número especial, (entre outros trabalhos do autor)

- RODRIGUES, R. N. *Animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.
- WILLEMŠ, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1946 (entre outros trabalhos do autor)
- 6 – AMERICAN ANTHROPOLOGIST, selected papers from the American anthropologist 1888 - 1920. Ed. by Frederico de Laguna for the publications Committee of the American Anthropological Association, with an essay on the beginnings of anthropology in America by A. Irving Hallowell Evanston, Row Peterson, 1960. 930 p. Inclui bibliografia.
- 7 – BASHAM, R. & DeGROOT, D. Current Approaches to the Anthropology of Urban and Complex Societies. *American Anthropologist*. 7(2):414-440, 1977.
- 8 – BENNETT, J. W. & WOLFF, K. H. Toward Communication between Sociology and Anthropology. In: THOMAS SR., W. L., ed. *Current Anthropology*. Chicago, The University of Chicago Press., 1956. p. 329-353.
- 9 – O prof. René Ribeiro fez um excelente estudo sobre o preconceito racial no Recife em seu livro *Religião e Relações Raciais* (Rio de Janeiro: MEC, 1956)
- 10 – KROEBER, A. L. *Anthropology*, Nova York, Harcourt Brace, 1948. p. 307.
- 11 – Francis L. K. Hsu em apêndice de seu livro *O Estudo das Civilizações Letradas* (trad. S.M.B. Luyten. São Paulo: EPU/Ed. Univ. São Paulo, 1974) apresenta uma bibliografia sobre estudos antropológicos de civilizações letradas feitos em várias partes do mundo. Veja também a nota (7) acima.
- 12 – MANDELBAUM, D. G. The Study of Complex Civilizations. In: THOMAS JR., W. L., ed. *Current Anthropology*. Chicago, The University of Chicago 1956. p. 203-226.
- 13 – POLANYI, K. *Anthropology and Economic Theory*. In: FRIED, M. F., ed. *Readings in Anthropology*. New York, Thomas Crowell, 1959. p. 161-184.
- 14 – A SUDENE, órgão de planejamento regional, tinha em seus quadros várias pessoas formadas em ciências sociais que decidiram fazer cursos de graduação e pós em Economia a fim de serem contratados como economistas, abandonando a antropologia e a sociologia.
- 15 – GOLDSCHMIDT, W. *Anthropology and the Coming Crisis: an Autoethnographic Appraisal*. *American Anthropologist* 79(2):293-308, 1977.
- 16 – SINGER, P.I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974 p. 271-345.
- 17 – O prof. Manoel Correia de Andrade em seu livro *Espaço, Polarização e Desenvolvimento* (São Paulo: Brasiliense, 1973) fez uma aplicação da teoria dos pólos de desenvolvimento ao espaço nordestino.

- 18 – O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais promoveu e publicou uma série de estudos de vários autores intitulada *As Migrações para o Recife* (Recife: IJNPS, 1961). Outros estudos mais recentes, como o de H. A. Moura (*Migrações para as grandes cidades do Nordeste: intensidade e características*. Fortaleza: BNB, 1975) indicam o mesmo fenômeno de expulsão de populações da área rural.
- 19 – HUTZLER, C. R. & VERMEIREN, J. C. Assentamentos subnormais em áreas metropolitanas (no prelo) *Rev. Planejamento e Desenvolvimento (IBP)*
- 20 – BAUER, C. Desenvolvimento econômico e urbano: implicações sociais. In: BAUER, C.; WOLF JR., C.; HERSKOVITS, M. J. *Aspectos sociais de crescimento econômico*. Trad. A. Macieira. Salvador, Liv. Progresso, 1958. p. 89-117.
- 21 – HERSKOVITS, M. J. The Processes of Cultural Change. In: LINTON, R., ed. *The Sciences of Man in the World Crisis*. Nova York, Columbia University Press, 1945. p. 143-170.
- 22 – RIBEIRO, D. – *O processo civilizatório, estudos de antropologia da civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p.34-46, 162-166
- 23 – O mestre Gilberto Freyre desde seu Manifesto Regionalista de 1926 (Recife: Ed. Região, 1952) e em grande parte de sua obra, inclusive em *Novo Mundo nos Trópicos* (São Paulo: Ed. Nacional, 1971) lembra o risco da monotonia cultural e prega o regionalismo criador.